



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2024

Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021

1. INFORMAÇÕES DA LICITAÇÃO

- 1.1. Objeto do certame: **Aquisição de insumos de consumo ambulatorial para o setor de Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde**
- 1.2. Data do certame e horário de início da sessão: 23/09/2024
- 1.3. Prazo para solicitar esclarecimento e impugnar o edital: até às 23h59min do dia 18/09/2024.
- 1.4. Valor estimado total da contratação: **R\$ 220.620,20 (duzentos e vinte mil e seiscentos e vinte reais e vinte centavos).**
- 1.5. Rito da seleção: PREGÃO
- 1.6. Forma da seleção: ELETRÔNICA
- 1.7. Local do certame: <https://blcompras.com/Home/Login>
- 1.8. Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.
- 1.9. Modo de disputa: ABERTO
- 1.10. Ordem das etapas: RITO PROCEDIMENTAL COMUM
- 1.11. Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: SIM.
- 1.12. Legislação aplicável: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 025/2023, Decreto Municipal nº 028/2023, Decreto Municipal nº 029/2023 e Decreto Municipal nº 030/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

2.1.1. Os interessados ramo de atividade compatível com o objeto licitado que estiverem previamente credenciados na plataforma de pregão eletrônico e cadastrarem proposta até o horário previsto para o início da sessão.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.2. Para os itens 001,003,004,005,006 E 007, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e nos limites do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Não poderão disputar esta licitação:

2.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

2.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.4. O impedimento de que trata o item 2.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.2 e 2.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto nos itens 2.3.2 e 2.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. A vedação de que trata o item 2.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.2.1. está ciente, cumpre e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. Quando houver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo **“não”** impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo **“não”** apenas produzirá o



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados (valor/marca/modelo/quantidade), sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Não será permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos;

4.6.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.8. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.11. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.12. O lance deverá ser ofertado pelo valor do Lote ou por item, a depender da forma de julgamento prevista no edital.

4.13. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.14. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.15. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

4.16. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

4.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.17.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.17.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.17.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.17.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro,



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.17.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

4.18. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, **quando existentes**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

4.24.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.24.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.24.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.24.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.24.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

4.24.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.24.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.24.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.24.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.24.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.24.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

4.24.6.2. empresas brasileiras;

4.24.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.24.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.24.6.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.

4.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública será convocado o licitante mais bem classificado para negociação, cujos parâmetros serão os orçamentos que fundamentaram o valor estimado.

4.26. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

4.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.26.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.26.5. *Juntamente com a proposta ajustada a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:*

- Registro do produto, ou a Declaração de Isenção do Registro, ou o cadastro do produto, ou a notificação simplificada, conforme o caso, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou cópia legível da publicação no Diário Oficial da União do mesmo, onde consta a resolução e os dados do produto.
- Se o produto estiver com o seu documento pertinente vencido, deverá então ser anexada a cópia do protocolo de revalidação emitido à ANVISA, dentro do prazo previsto de 6 (seis) meses de antecedência ao vencimento.
- Se o produto não estiver sujeito ao Regime da Vigilância Sanitária, deverá então ser apresentada uma Declaração formal da sua não sujeição ao Regime da Vigilância Sanitária, sob as penas cabíveis.

4.26.5.1. Para a análise dos documentos a Pregoeira contará com o apoio da área técnica da Secretaria Requisitante.

4.26.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 5.1.1. SICAF;
- 5.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

5.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto no edital.

5.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- 5.6.1. conter vícios insanáveis;
- 5.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam disponíveis no SICAF, ou disponíveis nos respectivos portais, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período.

6.4. Preferencialmente todos os documentos de habilitação deverão constar no SICAF.

6.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: será verificada por meio do SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

6.5.1. contrato social ou instrumento equivalente;

6.5.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;

6.5.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;

6.5.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

6.5.5. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

- 6.5.6. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).
- 6.5.7. Certidão de falência, emitida pelo cartório distribuidor da sede da licitante.
- 6.5.8. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde, de acordo com o art. 2º da Lei Federal Nº 6.360/1976.
- 6.6. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.
- 6.7. Em sendo permitida a participação, o consórcio deverá apresentar junto com documentos de habilitação um compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e demais condições dispostas na Lei.
- 6.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 6.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 6.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

6.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

7.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos: <https://bllcompras.com> e <http://www.ivaí.pr.gov.br/>.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 8.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 8.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 8.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 8.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 8.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 8.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 8.1.5. fraudar a licitação



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

8.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar e

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da

Página 16 de 55



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

8.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: <https://bllcompras.com>.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

9.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

9.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

9.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

9.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ivaí.pr.gov.br/>.

9.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.16.1. ANEXO I – Especificação do Objeto e Valor máximo estimado

9.16.2. ANEXO II - Termo de Referência

9.16.3. ANEXO III – Modelo da Proposta



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

9.16.4. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Ivaí - PR, 10 de setembro de 2024.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito de Ivaí-PR



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2024

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E VALOR MÁXIMO ESTIMADO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **Aquisição de insumos de consumo ambulatorial para o setor de Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde.**

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. **Especificação e quantidades:**



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33



Município de Ivaí
Solicitação 243/2024

Equipiano

Página:1

Solicitação	Entido em	Quantidade de itens
Número 243	01/08/2024	29
Tipo	Processo Gerado	
Aquisição de Material	Número	
Solicitante	541/2024	
Código		
Nome		
135860-0 ALAN GREGORI MOCELM		
Local		
8 DEPARTAMENTO DE SAUDE		
Órgão		
08 SECRETARIA DE SAUDE		
Forma de pagamento	Tipo	
Descrição	Depósito bancário	
A prazo		
Entrega	Prazo	
Local	Dias	

Descrição:

Aquisição de Material Médico Hospitalar para o Posto Central, Clínica da Mulher e ESFs.

Justificativa:

Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista a necessidade em atender às Estratégias de Saúde da Família, Posto Central e Clínica da Mulher do Município de Ivaí.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048793	Espéculo Vaginal lubrificado estéril, Descartável, Tam "G", Instrumental atóxico transparente/translucido, com parafuso (borboleta) acoplado. COM valvas lubrificadas com silicone de grau médico, não alergênico, valcas em poliestireno cristal. Comprimento Largura Proximal; 29mm, comprimento largura Distal: 32 mm, comprimento Eixo Longitudinal: 110mm Comprimento Total: 170mm.	UN	300,00	1,74	522,00
048794	Espéculo Vaginal lubrificado estéril, Descartável, Tam "M", Instrumental atóxico transparente/translucido, com parafuso (borboleta) acoplado. Com valvas lubrificadas com silicone de grau médico, não alergênico, valcas em poliestireno cristal. Comprimento Largura Proximal; 25mm, comprimento largura Distal: 28 mm, comprimento Eixo Longitudinal: 95mm Comprimento Total: 156mm.	UN	1.500,00	1,49	2.235,00
048795	Espéculo Vaginal lubrificado estéril, Descartável, Tam "P", Instrumental atóxico transparente/translucido, com parafuso (borboleta) acoplado. COM valvas lubrificadas com silicone de grau médico, não alergênico, valcas em poliestireno cristal. Comprimento Largura Proximal; 22mm, comprimento largura Distal: 22 mm, comprimento Eixo Longitudinal: 80mm Comprimento Total: 143mm.	UN	500,00	1,43	715,00
				TOTAL	3.472,00

Lote

002 Lote 002

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048782	Abaixador de lingua em madeira; Espátula em madeira descartável, formato com extremidades arredondadas com 14 cm de comprimento. Embalagem com dados de identificação e procedência. Pacote com 100 unidades.	un	100,00	7,58	758,00
048783	Atadura tipo Crepom 13 fios 10cm x 1,8mts	un	10.000,00	0,60	6.000,00
048784	Atadura tipo Crepom 13 fios 10cm x 1,8mts, - 80% algodão 4% elastano 16% poliéster	un	10.000,00	0,92	9.200,00
048785	Atadura tipo Crepom 13 fios 15cm x 1,8mts-80% algodão 4% elastano 16% poliéster	un	5.000,00	0,89	4.450,00
048789	Atadura tipo Crepom 13 fios 20cm x 1,8mts - 80% algodão 4% elastano 16% poliéster	UN	50.000,00	0,84	42.000,00
048789	Compressas de gaze estéril 13 fios/cm², com 10 unidades de gaze em cad				
	Compressas de gaze estéril 13 fios/cm², com 10 unidades de gaze em cada pacote; 100% algodão; 5 Dobras; 8 Camadas; 13 fios/cm²; Tamanho 7,5x7,5cm. Esterilizado por óxido de etileno; Artigo médico-hospitalar de uso único. Produzidas em tecido 100% algodão, hidrófilo, embaladas em papel cirurgico e filme plástico. Registro na ANVISA.				

Emitido por: KEILA STORER BUENO, na versão: 5535 o

10/09/2024 14:46:33



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33



Município de Ivaí

Solicitação 243/2024

Equiplano

Página:2

048790	Compressas de gaze hidrófilas 13 fios, pacote c/ 500 unidades, 7,5 x 7	UN	1.000,00	19,34	19.340,00
	Compressas de gaze hidrófilas 13 fios, pacote c/ 500 unidades, 7,5 x 7,5cm Com 8 camadas e 5 dobras, confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela.				
048797	Máscaras de proteção - Máscara cirúrgica descartável composta de 3 cam	UN	100,00	17,76	1.776,00
	Máscaras de proteção - Máscara cirúrgica descartável composta de 3 camadas, material não tecido; Eficiência de filtração bacteriológica acima de 95%; com Clipe de plástico em PVC envolvido em ferro galvanizado, flexível para o nariz, elástico para as orelhas. - caixa c/ 50 unidades.				

TOTAL 83.524,00

Lote					
003 Lote 003					

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048786	Catéter intravenoso 20 G (rosa) 0,8mmx1,1mmx32mmx54ml/min., estéril, d	CX	50,00	88,29	4.414,50
	Catéter intravenoso 20 G (rosa) 0,8mmx1,1mmx32mmx54ml/min., estéril, descartável, com clamp para fixação. Caixa com 100 unidades				
048787	Catéter intravenoso 22 G (azul)	CX	50,00	88,59	4.429,50
	Catéter intravenoso 22 G (azul) 0,6mmx0,9mmx25mmx33ml/min., estéril, descartável, com clamp para fixação. Cx com 100un				
048788	Catéter intravenoso 24 G	CX	25,00	88,08	2.202,00
	Catéter intravenoso 24 G (amarelo) 0,5mmx0,7mmx19mmx20ml/min. estéril, descartável, com clamp para fixação. Cx com 100un				
048791	Equipo Macrogotas para Soro com Injetor Lateral e Filtro de Ar, Injeto	UN	10.000,00	1,25	12.500,00
	Equipo Macrogotas para Soro com Injetor Lateral e Filtro de Ar, Injetor lateral em Y com aba de proteção, permite a introdução de agulhas em posição adequada sem tocar no corpo do injetor; Conector luer slip;				
048796	Infusor 2 Vias com Clamp, Tubo de 18cm, fabricado em PVC flexível, ató	UN	8.000,00	0,76	6.080,00
	Infusor 2 Vias com Clamp, Tubo de 18cm, fabricado em PVC flexível, atóxico e transparente; Estéril, esterilizado por Óxido de Etileno; Registro ANVISA:				
048800	Scalp para infusão intravenosa, tam. 21G x 3/4"; D.E x Comp: 0.81x19mm	UN	1.000,00	0,46	460,00
	Scalp para infusão intravenosa, tam. 21G x 3/4"; D.E x Comp: 0.81x19mm; Extensão do PVC: 30 cm				
048801	Scalp para infusão intravenosa, tam. 23G x 3/4"; D.E x Comp: 0.64x19mm	UN	1.000,00	0,39	390,00
	Scalp para infusão intravenosa, tam. 23G x 3/4"; D.E x Comp: 0.64x19mm; Extensão do PVC: 30cm				
048802	Scalp para infusão intravenosa, tam. 25G x 3/4"; D.E x Comp: 0.54x19mm	UN	1.000,00	0,42	420,00
	Scalp para infusão intravenosa, tam. 25G x 3/4"; D.E x Comp: 0.54x19mm; Extensão do PVC: 30 cm				
048803	Seringa Hipodérmica, Sem Agulha, estéril, corpo transparente com escal	CX	300,00	16,83	5.049,00
	Seringa Hipodérmica, Sem Agulha, estéril, corpo transparente com escala, cilindro com anel de retenção, Trav a para controle do deslizamento, 5ml, caixa com 100 unidades embaladas individualmente Tipo Slip				
TOTAL					35.945,00

Lote					
004 Lote 004					

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048804	Soro fisiológico, solução de cloreto de sódio a 0,9%, frasco de 100ml,	FRASC	5.000,00	4,55	22.750,00
	Soro fisiológico, solução de cloreto de sódio a 0,9%, frasco de 100ml, solução injetável transparente, estéril, apirrogênica, acondicionado em alça de sustentação resistente, registro no MS, com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega, bolsa de sistema fechado, devidamente rotulado com volume nominal definido, recipiente transparente ou translúcido.				
048805	Soro fisiológico; solução cloreto de sódio a 0,9%, injetável, acondici	FRASC	5.000,00	6,58	32.900,00
	Soro fisiológico; solução cloreto de sódio a 0,9%, injetável, acondicionada em recipiente de plástico transparente, fechado, devidamente rotulado com volume nominal, data de fabricação, vencimento e lote, registro no MS, com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega; rasco 500ml.				
048807	Soro glicosado, solução isotônica de glicose 5%, estéril, injetável, a	FRASC	3.000,00	7,62	22.860,00
	Soro glicosado, solução isotônica de glicose 5%, estéril, injetável, acondicionado em recipiente de plástico transparente, fechado, devidamente rotulado com volume nominal, data de fabricação, vencimento e lote; frasco 500ml.				
TOTAL					78.510,00

Lote					
005 Lote 005					

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048792	Esfigmomanometro Aneróide - Preto - 01 Manômetro, 01 Braçadeira Adulto	UN	30,00	78,01	2.340,30

Emitido por: KEILA STORER BUENO, na versão: 5535 o

10/09/2024 14:46:33



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33



Município de Ivaí

Solicitação 243/2024

Equiplano

Página:3

	Esfigmomanometro Aneróide - Preto - 01 Manômetro, 01 Braçadeira Adulto 18 x 35 Cm em Nylon, 01 Pera com Válvula de Deflação, 01 Estojo para Viagem				
048798	Oxímetro Pediátrico/infantil de Dedo - compacto e portátil, Recarrega Oxímetro Pediátrico/infantil de Dedo - compacto e portátil, Recarrega Usb, Visor de LED, Mede: Curva pletismográfica. Certificado pela ANVISA e INMETRO. Menu em português.	UN	10,00	172,81	1.728,10
048799	Oxímetro Portátil, medição de SpO2; frequência de pulso, indicador de Oxímetro Portátil, medição de SpO2; frequência de pulso, indicador de Perfusão- Faixa de Medição de SpO2: 0 a 100%, faixa de Medição de freq. Pulso: 25 a 300 bpm, Alarme audiov isual, autonomia: Pilhas	UN	10,00	92,76	927,60
048808	Termômetro Digital Clínico Branco, visor digital; 100% resistente à água; Beep sonoro indicando fim de medição, faixa de medição: 32, 0°C-43, 9°C, bateria de Lítio de 1.5/1.55 V	UN	30,00	12,34	370,20
TOTAL				5.366,20	

Lote					
006 Lote 006					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048806	Solução de glicerina 12% - estéril em frascos plásticos de 500 ml.	UN	500,00	12,95	6.475,00
	Solução de glicerina 12% - estéril em frascos plásticos de 500 ml.				
TOTAL				6.475,00	

Lote					
007 Lote 007					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048834	Gaveteiro plástico, tipo BIN, ideal para organização de itens pequenos	un	400,00	3,65	1.460,00
	Gaveteiro plástico, tipo BIN, ideal para organização de itens pequenos, porta etiquetas para identificação, totalmente fechada, encaixe traseiro para estantes, Dimensões aproximadas de externas 9,5 cm de altura x 12,5 cm de largura e 20 cm de comprimento. Peso do produto aproximadamente 0,125kg, suporta carga de 1kg, capacidade 2 litros.				
048835	Gaveteiro plástico, tipo BIN, ideal para organização de itens pequenos	un	600,00	9,78	5.868,00
	Gaveteiro plástico, tipo BIN, ideal para organização de itens pequenos e médios, porta etiquetas para identificação, formato empilhável, encaixe traseiro para estantes, Dimensões aproximadas de externas 15 cm de altura x 18,5 cm de largura e 29 cm de comprimento. Peso do produto aproximadamente 0,314kg, suporta carga de 4kg, capacidade volumétrica 8 litros.				
TOTAL				7.328,00	
TOTAL GERAL				220.620,20	



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria demandante: SECRETARIA MUNICIPAL DE IVAÍ
- Responsável: Alan Gregori Mocelim

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Aquisição de material médico hospitalar

2.2. Natureza do objeto

Material de consumo

2.3. Fundamento da contratação

O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência.

2.4. Justificativa da contratação

Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista a necessidade continua em atender as unidades de saúde do município de Ivaí, cujas demandas são contínuas, portanto destaca-se a importância a realização do fornecimento de materiais médico-hospitalares para uso em ações de prevenção, ainda atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Portanto na falta desses itens poderá gerar um problema, ou seja, pode causar danos a saúde pública. Portanto é notório a importância da aquisição dos itens acima especificados.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

2.5. Requisitos da contratação

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

Observar se o invólucro protege adequadamente o produto/material; facilidade de abertura da embalagem e suas características, tais como data fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, composição.

Importante frisar que na data de entrega dos itens, os mesmos não poderão estar com suas datas de validade próximas do vencimento.

Os produtos deverão ser entregues com no máximo 10 (dez) dias úteis, no endereço da Secretaria Municipal de Saúde, situada a Rua Expedicionário Bruno Estrifica nº 625.

Se o fornecedor vencedor tiver comprovadamente dificuldades para entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido, poderá não sofrer multa, desde que informe oficialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada ao Secretário de Saúde que, por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo.

2.6. Análise dos riscos da contratação



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

A análise dos riscos na contratação de material médico-hospitalar é essencial para garantir a segurança e a eficiência no fornecimento desses materiais. Aqui estão alguns dos principais riscos e como eles podem ser gerenciados:

- Não cumprimento de prazos: Atrasos na entrega podem comprometer o funcionamento dos serviços de saúde. Para mitigar esse risco, é importante estabelecer cláusulas contratuais claras e penalidades para atrasos.
- Entrega de materiais de baixa qualidade ou vencidos: Isso pode afetar diretamente a saúde dos pacientes. A implementação de um rigoroso controle de qualidade e a exigência de certificados de conformidade podem ajudar a minimizar esse risco.
- Burocracia no processo de compra: Processos burocráticos podem atrasar a aquisição de materiais essenciais. Simplificar os procedimentos administrativos e utilizar sistemas de compras eletrônicas pode agilizar o processo.
- Ausência de envolvimento dos profissionais na gestão de materiais: A falta de participação dos profissionais de saúde na escolha dos materiais pode resultar na aquisição de produtos inadequados. Envolver esses profissionais no processo de seleção pode melhorar a adequação dos materiais adquiridos.
- Essas medidas ajudam a garantir que os materiais adquiridos sejam de alta qualidade, entregues no prazo e atendam às necessidades dos serviços de saúde.

2.7. O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável? Quais os critérios de inovação e/ou desenvolvimento?

Não se aplica

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Especificação e quantidades da solução:

O método utilizado pela secretaria solicitante para a estimativa das quantidades a serem contratadas, foi através do histórico de consumo dos insumos e materiais de uso da enfermagem utilizados em anos anteriores, observando, não apenas a



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

imprevisibilidade (a qual não se estima), mas também a realização de eventuais atendimentos a novos usuários que por ventura vierem necessitar dos insumos e materiais. Entende -se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI.	QTD.
1	Abaixador de língua em madeira; Espátula em madeira descartável, formato com extremidades arredondadas com 14 cm de comprimento. Embalagem com dados de identificação e procedência. Pacote com 100 unidades.	unidade	100
2	Atadura tipo Crepom 13 fios 10cm x 1,8mts, - 80% algodão 4% elastano 16% poliéster	unidade	10000
3	Atadura tipo Crepom 13 fios 15cm x 1,8mts - 80% algodão 4% elastano 16% poliéster	unidade	10000
4	Atadura tipo Crepom 13 fios 20cm x 1,8mts - 80% algodão 4% elastano 16% poliéster	unidade	5000
5	Catéter intravenoso 20 G (rosa) 0,8mmx1,1mmx32mmx54ml/min., estéril, descartável, com clamp para fixação. Caixa com 100 unidades	caixa	50
6	Catéter intravenoso 22 G (azul) 0,6mmx0,9mmx25mmx33ml/min., estéril, descartável, com clamp para fixação. Cx com 100un	caixa	50
7	Catéter intravenoso 24 G (amarelo) 0,5mmx0,7mmx19mmx20ml/min. estéril, descartável, com clamp para fixação. Cx com 100un	caixa	25
8	Compressas de gaze estéril 13 fios/cm ² , com 10 unidades de gaze em cada pacote; 100% algodão; 5 Dobras; 8 Camadas; 13 fios/cm ² ; Tamanho 7,5x7,5cm. Esterilizado por óxido de etileno; Artigo médico-hospitalar de uso único. Produzidas em tecido 100% algodão, hidrófilo, embaladas em papel cirurgico e filme plástico. Registro na ANVISA.	unidade	50000
9	Compressas de gaze hidrófilas 13 fios, pacote c/ 500 unidades, 7,5 x 7,5cm Com 8 camadas e 5 dobras, confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela.	unidade	1000
10	Equipo Macrogotas para Soro com Injetor Lateral e Filtro de Ar, Injetor lateral em Y com aba de proteção, permite a introdução de agulhas em posição adequada sem tocar no corpo do injetor; Conector	unidade	10000



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

	luer slip;		
11	Esfigmomanômetro Aneróide - Preto – 01 Manômetro, 01 Braçadeira Adulto 18 x 35 Cm em Nylon, 01 Pera com Válvula de Deflação, 01 Estojo para Viagem	Unidad e	30
12	Espéculo Vaginal lubrificado estéril, Descartável, Tam “ G “, Instrumental atóxico transparente/translucido, com parafuso (borboleta) acoplado. COM valvas lubrificadas com silicone de grau médico, não alergênico, valcas em poliestireno cristal. Comprimento Largura Proximal; 29mm, comprimento largura Distal: 32 mm, comprimento Eixo Longitudinal: 110mm Comprimento Total: 170mm.	unidad e	300
13	Espéculo Vaginal lubrificado estéril, Descartável, Tam “ M “, Instrumental atóxico transparente/translucido, com parafuso (borboleta) acoplado. Com valvas lubrificadas com silicone de grau médico, não alergênico, valcas em poliestireno cristal. Comprimento Largura Proximal; 25mm, comprimento largura Distal: 28 mm, comprimento Eixo Longitudinal: 95mm Comprimento Total: 156mm.	unidad e	1500
14	Espéculo Vaginal lubrificado estéril, Descartável, Tam “ P “, Instrumental atóxico transparente/translucido, com parafuso (borboleta) acoplado. COM valvas lubrificadas com silicone de grau médico, não alergênico, valcas em poliestireno cristal. Comprimento Largura Proximal; 22mm, comprimento largura Distal: 22 mm, comprimento Eixo Longitudinal: 80mm Comprimento Total: 143mm.	unidad e	500
15	Infusor 2 Vias com Clamp , Tubo de 18cm, fabricado em PVC flexível, atóxico e transparente; Estéril, esterilizado por Óxido de Etileno; Registro ANVISA:	unidad e	8000
16	Máscaras de proteção - Máscara cirúrgica descartável composta de 3 camadas, material não tecido; Eficiência de filtração bacteriológica acima de 95%; com Clipe de plástico em PVC envolvido em ferro galvanizado, flexível para o nariz, elástico para as orelhas. - caixa c/ 50 unidades.	unidad e	100
17	Oxímetro Pediátrico/infantil de Dedo - compacto e portátil, Recarrega Usb, Visor de LED, Mede: Curva pletismográfica. Certificado pela ANVISA e	unidad e	10



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

	INMETRO. Menu em português.		
18	Oxímetro Portátil , medição de SpO2; frequência de pulso, indicador de Perfusão- Faixa de Medição de SpO2: 0 a 100%, faixa de Medição de freq. Pulso: 25 a 300 bpm, Alarme audiovisual, autonomia: Pilhas	unidade	10
19	Scalp para infusão intravenosa, tam. 21G x 3/4"; D.E x Comp: 0.81x19mm; Extensão do PVC: 30 cm	unidade	1000
20	Scalp para infusão intravenosa, tam. 23G x 3/4"; D.E x Comp: 0.64x19mm; Extensão do PVC: 30cm	unidade	1000
21	Scalp para infusão intravenosa, tam. 25G x 3/4"; D.E x Comp: 0.54x19mm; Extensão do PVC: 30 cm	unidade	1000
22	Seringa Hipodérmica , Sem Agulha, estéril, corpo transparente com escala, cilindro com anel de retenção, Trava para controle do deslizamento, 5ml, caixa com 100 unidades embaladas individualmente Tipo Slip	caixa	300
23	Soro fisiológico , solução de cloreto de sódio a 0,9%, frasco de 100ml, solução injetável transparente, estéril, apirogênica, acondicionado em alça de sustentação resistente, registro no MS, com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega, bolsa de sistema fechado, devidamente rotulado com volume nominal definido, recipiente transparente ou translúcido.	frasco	5000
24	Soro fisiológico ; solução cloreto de sódio a 0,9%, injetável, acondicionado em recipiente de plástico transparente, fechado, devidamente rotulado com volume nominal, data de fabricação, vencimento e lote, registro no MS, com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega frasco 500ml.	frasco	5000
25	Solução de glicerina 12% – estéril em frascos plásticos de 500 ml.	frasco	500
26	Soro glicosado , solução isotônica de glicose 5%, estéril, injetável, acondicionado em recipiente de plástico transparente, fechado, devidamente rotulado com volume nominal, data de fabricação, vencimento e lote; frasco 500ml.	frasco	3000
27	Termômetro Digital Clínico Branco, visor digital; 100% resistente à água; Beep sonoro indicando fim de medição, faixa de medição: 32, 0°C – 43, 9°C,	unidade	30



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

	bateria de lítio de 1.5/1.55 V		
28	Gaveteiro plástico, tipo BIN , ideal para organização de itens pequenos, porta etiquetas para identificação, totalmente dfechada, encaixe traseiro para estantes, Dimensões aproximadas de externas 9,5 cm de altura x 12,5 cm de largura e 20 cm de comprimento. Peso do produto aproximadamente 0,125kg, suporta carga de 1kg, capacidade 2 litros.	unidade	400
29	Gaveteiro plástico, tipo BIN , ideal para organização de itens pequenos e médios, porta etiquetas para identificação, formato empilhavel, encaixe traseiro para estantes, Dimensões aproximadas de externas 15 cm de altura x 18,5 cm de largura e 29 cm de comprimento. Peso do produto aproximadamente 0,314kg, suporta carga de 4kg, capacidade volumétrica 8 litros.	unidade	600

3.1. Prazo para início da execução do objeto

Imediatamente após a comunicação da publicação do contrato no Diário Oficial.

3.2. Prazo de entrega ou de execução do objeto

Prazo da execução do objeto: 12 meses.

Prazo de entrega: Após a emissão e recebimento do empenho a empresa deverá entregar os produtos solicitados no prazo máximo 10 (dez) dias úteis.

3.3. Local de entrega ou execução

Secretaria Municipal de Saúde, situada a Rua Expedicionário Bruno Estrifica nº 625, Centro, Ivaí – Pr. CEP 84460-000

3.4. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?

3.4.1. Garantia exigida do objeto e prazo:

Não se aplica
Página 30 de 55



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

3.4.2. Condições de assistência técnica:

Não se aplica

3.4.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?

A contratante deverá adotar no que couber a coleta e descarte dos resíduos sólidos eventualmente gerados por esta aquisição,
Providenciar a coleta e destino adequado dos perfuro cortantes, por empresa contratada para esse fim. Conforme Resolução Nº 222 da Anvisa, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Resultados pretendidos a contratação:

A Administração almeja com a contratação da presente licitação, economicidade, eficiência, eficácia e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e financeiros positivos.

Rapidez no atendimento a demanda dos setores requisitantes, melhorando assim a eficiência no atendimento das demandas de saúde dos municípios.

4.2. Forma de execução do contrato

Fornecimento continuado

4.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)

12 meses, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.



5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Requisitos anteriores à execução

Não se aplica

5.1.1. Garantia financeira do contrato:

Não se aplica

5.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle

- Designar gestores e fiscais de contrato responsáveis pelo acompanhamento.
- Verificar se os materiais entregues estão de acordo com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas no contrato.
- Mapear possíveis riscos que possam afetar a execução do contrato, como atrasos na entrega ou problemas de qualidade.
- Monitorar os prazos de entrega para garantir que os materiais sejam fornecidos dentro do cronograma acordado..

5.3. Obrigações específicas do contratado

5.3.1 Os preços dos materiais médicos hospitalares deverão incluir todos os impostos, taxas, emolumentos, transportes etc.;

5.3.2 A contratada no ato do pagamento deverá comprovar sua regularidade fiscal;

5.3.3 A empresa vencedora deverá entregar o material devidamente conferido e acompanhado da Nota Fiscal/Fatura e com as quantidades constantes na autorização de empenho, no setor indicado no item 3 e dentro do prazo acima especificado;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

5.3.4 Deverá estar descrito na Nota Fiscal (campo observação) número da Licitação, número do contrato e número da requisição e/ou empenho.

5.3.5 Substituir material que apresentar defeito de fabricação ou decorrente do transporte;

5.3.6 Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses da validade ainda intacta;

5.3.7 As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

5.3.8 Fornecer e-mail e telefone de contato do setor de compras, para onde devem ser encaminhados as requisições e empenhos.

5.4. Obrigações específicas do Município:

5.4.1 Por meio do Setor de Almoxarifado da Saúde os insumos e correlatos - material médico hospitalar descartável será conferido com base na autorização de empenho e no processo licitatório;

5.4.2 Atestar o material recebido, bem como a nota fiscal/fatura do mesmo;

5.4.3 Devolver o material recebido entregue em desacordo com as especificações contidas no edital de licitação;

5.4.4 Notificar a empresa de eventuais atrasos na entrega dos produtos, às suas expensas, no máximo de 10 (dez) dias consecutivos.

5.4.5 Encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para liquidação e pagamento.

5.5. Requisitos posteriores à execução:

Não se aplica.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

5.6. Infrações e penalidades do Contrato

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou

de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do	Impedimento de licitar ou	6 meses



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

contrato sem motivo justificado	contratar com o município de Ivaí	
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

5.7. Matriz de alocação de risco contratual

Evento de risco	Alocação	Consequência
Alteração do quantitativo contratado	Município	Aditivo contratual
Alteração do projeto	Município	Reequilíbrio contratual



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Criação, extinção ou alteração de tributos, taxas ou encargos	Município	Reequilíbrio contratual
Atraso no pagamento	Município	Juros e atualização monetária
Problemas com empregados do contratado	Contratado	Manutenção do valor
Erros na execução	Contratado	Correção com manutenção do valor
Atrasos e inadimplementos	Contratado	Glosa do valor não executado e aplicação de penalidades
Oscilações de mercado dos insumos até 5% acima da variação média do ano anterior	Contratado	Manutenção do valor
Oscilações de mercado dos insumos acima de 5% da variação média do ano anterior	Município	Reequilíbrio contratual
Outros eventos não previstos caracterizados como caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da administração	Município	Reequilíbrio contratual

5.8. Regra da subcontratação:

5.8.1. Será vedada a subcontratação, pela presente justificativa:

Será vedada, devido a natureza do objeto tratar-se de aquisição de bens, o que impossibilita subcontratação.

5.8.2. Será permitida a subcontratação nos seguintes limites?

Não se aplica



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Prazo de pagamento:

30 dias contados da data da entrega do produto pelo contratado

6.2. Critério de reajuste e repactuação:

6.2.1. Índice de reajuste ou repactuação dos insumos:

IPCA

6.3. Haverá Remuneração Variável?

☐ Sim ☒ Não

6.3.1. Como funcionará a remuneração variável?

6.4. Justificativa para a utilização ou não da Remuneração Variável?

A contratação de materiais de consumo não se torna mais eficiente com a utilização da remuneração variável, pela inexistência de critérios objetivos que justifiquem o pagamento a maior por uma melhoria na qualidade da entrega.

6.5. Critério e prazo para recebimento provisório

Imediatamente depois de efetuada a entrega, no prazo de até 05 (cinco) dias para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações.

6.6. Critério e prazo para recebimento definitivo



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Após a verificação da conformidade com as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA e consequente aceitação, que não poderá exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação.

7. EDITAL DE SELEÇÃO

7.1. Modalidade de licitação

Pregão Eletrônico, pois trata-se de bens e serviços comuns;

7.1.1. Local do certame:

Definido pelo setor de licitação.

7.2. Critério de julgamento

Menor preço

7.2.1. A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens

☐ Global ☐ Lotes de itens ☒ Por itens

7.2.2. Se for por lotes de itens, indicar a composição dos lotes

7.3. Modo de disputa

Aberto

7.4. Benefícios para Micro e Pequenas Empresas - MPE

EXCLUSIVA MEI, ME E EPP para os lotes 001,003,004,005,006 e 007.

A participação das microempresas e das empresas de pequeno porte obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06.

Página 38 de 55



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

7.5. Exigências específicas para a fase de proposta

☒Existem exigências específicas ☐Não se aplica o item

7.5.1. Exigência de documento junto com a proposta:

- Registro do produto, ou a Declaração de Isenção do Registro, ou o cadastro do produto, ou a notificação simplificada, conforme o caso, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou cópia legível da publicação no Diário Oficial da União do mesmo, onde consta a resolução e os dados do produto.
- Se o produto estiver com o seu documento pertinente vencido, deverá então ser anexada a cópia do protocolo de revalidação emitido à ANVISA, dentro do prazo previsto de 6 (seis) meses de antecedência ao vencimento.
- Se o produto não estiver sujeito ao Regime da Vigilância Sanitária, deverá então ser apresentada uma Declaração formal da sua não sujeição ao Regime da Vigilância Sanitária, sob as penas cabíveis.

7.6. Exigências específicas para a fase de habilitação

☒Existem exigências específicas ☐Não se aplica o item

- Ato constitutivo (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário)
- Todas as alterações ou consolidação do Ato Constitutivo
- Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo Município ou Estado onde for sediada a empresa.
- Procuração dos respectivos representantes nas licitações
- Documentos dos Sócios
- Documentos do Representante Legal
- Prova de Administração ou Diretoria (dependo do tipo empresarial)

7.6.1. Qualificação econômico-financeira:

- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

7.6.2. Inscrição em entidade profissional

Não se aplica

7.6.3. Atestado de capacidade técnica operacional:

Não se aplica

7.6.3.1. Requisito mínimo do atestado operacional:

7.6.4. Atestado de capacidade técnico-profissional

Não se aplica.

7.6.4.1. Requisito mínimo do atestado de capacidade técnico-profissional:

7.6.4.2. Os atestados de capacidade técnico-profissional, se exigidos, precisam estar registrados na entidade profissional competente?

☐ Sim ☐ Não

7.6.5. Há outro requisito previsto em lei especial?

7.6.5.1. Qual o requisito previsto em lei especial?

Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde, de acordo com o art. 2º da Lei Federal Nº 6.360/1976

7.7. Será vedada a participação de consórcios?

OBS: Sugere-se vedar apenas se houver justificativa pertinente.

7.7.1. Qual a justificativa para vedar o consórcio:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Não será admitida a participação de empresas em consórcios por se tratar de contratação de objeto amplamente comercializado no mercado, portanto, não restringe a competitividade, nem compromete a oferta de propostas aptas a gerar o resultado de contratação mais vantajoso.

7.8. Infrações e penalidades no certame

As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

8. É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?

☐ Sistema de Registro de Preços ☒ Contratação tradicional .

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor estimado total da contratação:

R\$ 220.620,20 (Duzentos e vinte mil, seiscentos e vinte reais e vinte centavos)

9.2. Data da conclusão da formação de preço:

29 de julho de 2024.

9.3. O preço de referência será sigiloso no processo?

☐ Sim ☒ Não

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

10.1. Previsão orçamentária para a contratação

Existe previsão orçamentária

10.2. Rubrica orçamentária para a contratação

Fonte 481, 487, 494

11. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde

Ivaí - PR, 29 de julho de 2024.

Alan Gregori Mocelim

Secretário Municipal de Saúde

Regiane Delfrate Santos

Diretora de Administração da Saúde



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

1. DADOS DO FORNECEDOR

Razão social: CNPJ: Endereço: E-mail: Telefone:

2. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

CPF:

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, de que, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

☐ declaramos que SIM

3. INFORMAÇÕES DA PROPOSTA AJUSTADA

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
					Unitário	Total
01						
02						
Preço total geral						

Valor total geral por extenso:

4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Data:

Nome do fornecedor
Nome do Responsável
(assinatura)



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

ANEXO IV

CONTRATO Nº ____/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR, E

.....

MUNICÍPIO DE IVAÍ, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº, de de de 20..., CPF: e RG:, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025 e 029/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTA L
1						
2						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital de Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo permitida a prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. O prazo de execução/entrega será de 10 dias, contados da emissão da nota de empenho e de acordo com o previsto no termo de referência.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 3.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
- 3.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 4.1. O pagamento ocorrerá em até 30 dias, contados da data de entrega do objeto, ou prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

4.2. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/07/2024 (*vinte e nove de julho de dois mil e vinte e quatro*).

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

6.1. São obrigações do Contratante:

6.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

- 6.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 6.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 6.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.9.1.** A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 6.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 7.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

7.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

7.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

7.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

8.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

8.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

8.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

8.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

8.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

8.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

8.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

8.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

8.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

8.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

8.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;

8.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

8.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

8.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

- 8.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- 8.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 8.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 8.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
- 8.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- 8.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

10.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

10.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

10.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

11.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada:

12.2. 08.001.10.301.1001.2041.3.3.90.30.00.00.0.1842

12.3. 08.001.10.301.1001.2041.3.3.90.30.00.00.0.1840

12.4. 08.001.10.301.1001.2041.3.3.90.30.00.00.0.1844

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

12.5. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

15.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Imbituva.

Ivaí-PR, de de

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Nome:

CPF

Assinatura: